favorável da SEAD, todos aprovaram o item um. **Item II** - Criação do Escritório Regional de Jacundá, pelo desmembramento do Regional de Marabá: a justificativa se dá pelo fato da Região Administrativa de Marabá está composta de vinte e um municípios que pela sua dimensão territorial tem exigido maior esforço físico dos recursos humanos e aporte financeiro da instituição, especialmente do Escritório Regional de Marabá para executar com regularidade seu processo gerencial junto aos Escritórios Locais, daí a necessidade de reordenamento da região com a criação do Regional de Jacundá, constituído pelos Escritórios Locais de Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tailândia e Tucuruí e o Regional de Marabá com os Escritórios Locais de Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia. O Escritório Local de Tailândia será desvinculado do Regional de Tocantins e Vinculado ao Regional de Jacundá. Esta justificativa se dá pelo fato do Escritório Local de Tailândia ficar mais próximo do Escritório Regional de Jacundá e pela maior similaridade, socioeconômicas e ambientais, do município em relação aos demais municípios que compõem a Região Administrativa de Jacundá. O Presidente do Conselho, Shydney Jorge Rosa mencionou o fato de ser economicamente inviável a atual extensão dos Regionais bem como do desgaste sobre humano. O Assessor, Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro frisou que a mudança se faz necessária para aproximar mais os municípios e possibilitar uma melhor gestão; no ensejo fez referencia ao Regional de São Miguel do Guamá (Item 11- O que ocorrer), situação idêntica e propôs: - Criação do Escritório Regional de Dom Eliseu Com desmembramento do Regional de Marabá e São Miguel do Guamá: desvincula os Escritórios Locais de Dom Elizeu, Paragominas, Ipixuna do Pará e Ulianópolis do Regional de São Miguel do Guamá e os Escritórios Locais de Rondon do Pará, Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins do Regional de Marabá e vinculá-los ao Regional de Dom Elizeu. O Conselheiro Walmir Hugo dos Santos perguntou qual foi o critério utilizado para escolher Jacundá como sede de Regional e ao mesmo tempo quais são os bancos, as entidades e órgãos ligados a agricultura que se encontram nesse Local, achou estranho porque existem municípios como Tucuruí e Breu Branco que já estão bastante estruturados principalmente por bancos para serem mantidos como sede.O Assessor Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro argumentou dizendo que a principal justificativa é a localização de Jacundá que se encontra geograficamente no centro (melhor eqüidistância dos Locais), mesmo reconhecendo a boa infraestrutura de Tucuruí, porém, deslocado em relação a maioria dos locais. Além do mais hoje em Jacundá existem Banco da Amazônia e Bradesco. O Conselheiro, Shydney Jorge Rosa, citou um trabalho existente nos municípios das regiões do lago da Eletronorte e falou que tiveram muita dificuldade com esses municípios colocando que iria até pedir ajuda do governador para que o Estado pudesse entrar nesse trabalho sendo oito municípios existentes neste lago onde a Eletronorte passa uma ajuda financeira, porém eles não prestam contas e este trabalho esta até parado no momento porque estão com problemas sérios junto a SEMA. A criação do Regional de Jacundá é oportuno e vem coincidir com o trabalho que vamos fazer agora fortemente na região do lago e falou que vai pedir para a Eletronorte seu apoio em intermediar os interesses dos municípios. Observou que o Estado possui em torno sete pólos Econômicos de Desenvolvimento e temos que abraçar estas questões, para se ter uma idéia temos: o pólo do Dendê em Tailândia até o Garrafão do Norte outra coisa fantástica que se tivermos competência vamos passar de cento e dez mil hectares de dendê para trezentos mil e algo em torno de oitocentos mil a um milhão de hectares daqui a dez anos, falou sobre a potencialidade mineral da Região de Marabá, da Grande Belém que envolve o município de Barcarena, falou do município verde Paragominas, Altamira com Belo Monte, a BR 163 com Itaituba e Santarém, a PA 279 com São Felix do Xingú. A preocupação está em relação dentre aos vazios econômicos entre esses pólos, e ao seu parecer é aonde o Estado tem que trabalhar mais fortemente nestas regiões no caso de Jacundá a Goianésia está um dos vazios econômicos, depois que passou a indústria madeireira não vingou mais nada outra coisa, mais como exemplo, temos Paragominas com grãos e reflorestamento por isso devemos dar uma atenção nesses vazios econômicos e esse é apenas um deles, solicitamos à EMBRAPA para que ajudasse a fazer um mapa de Zoneamento Agroecológico desses oitos municípios em volta dos lagos até porque o governador Simão Jatene nos autorizou para que agente fizesse alguma movimentação. Falou do lançamento do Programa Municípios Verdes que foi feito no mês de março em Paragominas e que tinha crescido muito nesses últimos nove meses e que o governador iria nomear um secretário extraordinário de Estado de Política Sustentável para coordenar esse Programa Municípios Verdes, Justiniano Neto. Este Programa tem duas premissas que é o desmatamento zero pactuado pela comunidade local no município, em contrapartida o Estado leva as ações do desenvolvimento sustentável naqueles municípios na área aberta, ou seja, faz um pacto local com os produtores, trabalhadores e a sociedade, mostrou que já deu certo em Paragominas e em alguns municípios, claro se isso for acompanhado. Já tivemos noventa municípios que fizeram adesão ao Programa e oito ou dez já estão bastante adiantados, estamos nessa política de Desenvolvimento Sustentável, precisamos, por exemplo, com esse desenho de Jacundá nesses municípios do lago, dizer com certeza o quanto seria muito oportuno que a EMATER-PARÁ tenha um regional que possa focar suas ações a estes locais. O Assessor Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro colocou que dos municípios do entorno do lago de Tucuruí, somente Itupiranga e Marabá não estão no Regional de Jacundá, embora todos compõem Consorcio dos Municípios do Entorno do Lago, exceto Tailândia que está cento e dez quilômetros de Goianésia. O representante da Superintendência Federal de Agricultura, Senhor Otávio César Durans de Oliveira, achou que Marabá continua sendo um Regional grande. O Assessor Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro replicou dizendo que já havia um estudo, um estudo no qual o ideal seria dezoito Regionais. O Presidente, Shydney Jorge Rosa queria saber a que Regional estava vinculada a PA 279, informado que era o Regional de Conceição do Araguaia, achou longe demais Marabá de Conceição do Araguaia. O Conselheiro, Benedito Elias de Souza Filho, frisou três critérios: a Viabilidade Administrativa, a Viabilidade da Assistência e a Viabilidade Econômica os quais foram preponderantes para chegarem a um estudo dessa conclusão. Deixou claro que não adianta dizer que a EMATER cobre cento e quarenta e três municípios e não atende efetivamente como é necessário, temos que cobrar Relatório de Atividades, utilizar o recurso dos indicadores e outras coisas mais. O Presidente do Conselho, Shydney Jorge Rosa, retrucou que a médio prazo vamos ver de que forma tentaremos medir esse nosso trabalho no campo, ou seja, falou que isso será um desafio para todos. Após o debate todos aprovaram este a criação dos Regionais de Jacundá e de Dom Eliseu. **Item III:** Alteração da Denominação Unidade Didática Agroecológica do Nordeste Paraense, para Centro de Treinamento Agroecológico, Inovação Tecnológica e Pesquisa Aplicada do Nordeste Paraense **– UDB:** a justificativa é no sentido de ajustar a nomenclatura ao hábito que se popularizou de Centro de Treinamento por técnicos e agricultores e comunidades vizinhas; o acréscimo de pesquisa aplicada decorre deste centro abrigar uma diversidade de experiência e pesquisa-ação desenvolvidas por profissionais da Empresa e em parcerias com outros Centros e Instituições. A mudança atende ainda os preceitos do Decreto dois mil quatrocentos e setenta e quatro de três de dez de dois mil e seis que atribui a EMATER-PARÁ a função de fazer pesquisa e desenvolver tecnologias alternativas através da aplicação e experimentação, colocado o ITEM em votação, foi aprovado por todos os Conselheiros; **Item IV -** Alteração Unidade Didática Agroecologica do Sudeste Paraense-UDCA, para Centro de Treinamento Agroecológico, Inovação Tecnológica e Pesquisa Aplicada do Sudeste Paraense- **UDC:** aprovado pelas mesma razões do item anterior; **Item V – Alteração do nome do Núcleo de** Tecnologia e Apoio **– NUT para Núcleo de Tecnologia Agrosocioambiental e Desenvolvimento Sustentável - NUT e acréscimo de atribuição:** a justificativa se dar pela necessidade de adequação ás políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e o novo contexto de ATER no Brasil com o advento da lei doze mil cento e oitenta e oito de onze de janeiro de dois mil e dez. O Presidente, Sidney Jorge Rosa perguntou qual o papel do NUT para a Empresa. O Assessor Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro explicou que tem a função de qualificar o pessoal da Empresa tecnologicamente. Conselheiros quiseram saber quantas pessoas estão nesse grupo. A Presidente, Cleide Maria Amorim de Oliveira explanou todas as Coordenadorias existente atualmente na EMATER, neste momento foi mostrado a todos os presentes o Organograma da mesma e o mesmo foi explicado pelo Assessor Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro, inclusive o papel do NUT e a necessidade de trazê-lo pra o momento contemporâneo. O Presidente do Conselho, Sydney Jorge Rosa relatou o valor altíssimo que a Empresa recebeu em dois mil e nove e conscientizou a todos o que devemos fazer nesta administração pela EMATER-PARÁ frisou o fato de não haver confronto entre a presidente Dilma e o Governador Simão Jatene, por tudo isso vamos fazer aprovar um Programa no valor de Setenta milhões como também as Chamadas Públicas, com certeza vamos ter uma EMATER fortalecida em todos os sentidos, ou seja vamos duplicá-la. "Como membros do CTA temos também o papel de verificarmos o custo benefício dessas ações como forma de direcionamento para esta Empresa", informou ainda que este atual governo ficou sete meses pagando divida do governo anterior, onde somente em julho de dois mil e onze conseguimos equilibrar as receitas com as despesas, o governo para o ano de dois mil e doze vai investir bastante, grande parte de seu recurso próprio e quando esse recurso entrar a EMATER vai ficar bem fortalecida, solicitou que as reuniões do Conselho sejam feitas trimestralmente, enfatizando ainda,que o Conselho não deve ser somente para assinar papeis, deve se dividir para ajudar a presidente da EMATER, Cleide Maria Amorim de Oliveira, pois a mesma tem enfrentado muitos problemas nesses últimos meses, ressaltando que o Conselho pode e deve dar um suporte maior para que o governador possa dar uma blindagem a EMATER-PARÁ, para que tenha sua autonomia própria, ou seja, para que acabe com tanta indicação por parte dos deputados. A Presidente, Cleide Maria Amorim de Oliveira explanou situações difíceis que vem enfrentando. O Presidente do Conselho, Shydney Jorge Rosa, encerrou cobrando para que o Conselho desenvolvesse um papel mais ativo na EMATER, colocando o ITEM V em votação, foi aprovado por unanimidade. **Item VI- Criação de Unidade Gestora Descentralizada**, a justificativa decorre da necessidade de ampliar a autonomia orçamentária financeira de Regionais e Centros de Treinamentos em conformidade com orientações repassadas pela Auditoria Geral do Estado – AGE para a EMATER-PARÁ no sentido de descentralizar do Escritório Central esta atribuição e ainda dar mais agilidade aos processos orçamentários financeiros sob a gestão da Empresa. Ademais tal procedimento se constitui no atendimento do que estabelece a legislação pertinente: Lei quatro mil, trezentos e vinte, de mil, novecentos e sessenta e quatro; Lei seis mil, quatrocentos e quatro, de mil, novecentos e setenta e seis; Lei oito mil, seiscentos e sessenta e seis, de mil novecentos e noventa e três; e Lei onze mil, seiscentos e trinta e oito, de dois mil e sete. O Assessor, Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro, explicou que todos as Unidades terão o mesmo CNPJ mudando apenas o último algarismo de forma crescente, ou seja, zero um, zero dois, zero três e assim por diante sendo que tal procedimento será de competência da SEFA, que já tem conhecimento do fato. Todos aprovaram este Item. **Item VII -** Criação do Núcleo de Qualificação e Aplicação de Crédito Rural-NCR, vinculado à Coordenadoria de Operações, a justificativa decorre da atividade de Crédito Rural na EMATER-PARÁ ser desenvolvida desde a criação da Instituição em mil novecentos e sessenta e cinco, contudo não compôs oficialmente a estrutura organizacional, tendo recebido ao longo desse período a denominação de SETOR DE CRÉDITO RURAL. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em mil novecentos e noventa e seis e a estruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar a partir de dois mil e dois, observa-se um contínuo crescimento da demanda por Crédito Agrícola no Brasil e no Pará onde a EMATER-PARÁ responde por cerca de oitenta por cento da viabilização do crédito aplicado para agricultores familiar. O que requer uma melhor estruturação e criação do Núcleo de Qualificação e Aplicação de Crédito Rural – NCR. O Assessor, Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro, explicou que o Crédito Rural ainda se encontra como um setor na Empresa, o que não condiz com a estruturação do MDA e a quantidade de demanda que o setor possui, tendo com isso que se adequar. Então o Presidente do Conselho, Shydney Jorge Rosa, confirmou mostrando que a EMATER deve e precisa de uma reestrutura em caráter urgente para se adequar a essa nova realidade. O Assessor, Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro, também colocou a esse respeito que há um trabalho iniciado em 2007 e 2008 de reestruturação através do Planejamento Estratégico que aponta para um novo desenho institucional, que foi paralisado em função da crise econômica (originada nos Estados Unidos) em 2009. O Presidente do Conselho, Shydney Jorge Rosa, frisou novamente que devemos dar prioridade para essa nova reestruturação da EMATER. A Conselheira, Edna Maria da Nóbrega sugeriu mudar termo QUALIFICAÇÃO, que parece muito forte e porque a qualificação estaria contemplada na natureza do Núcleo, o nome poderia ser apenas Núcleo de Crédito Rural. O Assessor Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro, argumentou sobre a relevância do termo "qualificação" na função do Núcleo. O Presidente, Shydney Jorge Rosa, fechou este Item, propondo trazer um consultor para que até fevereiro ou março de dois mil e doze essa reestruturação esteja pronta. Depois todos aprovaram a criação do Núcleo de Crédito Rural-NCR, vinculado à COPER, como sugeriu a Conselheira, Edna Maria da Nóbrega. **Item VIII -** Criação do Núcleo de Geotecnologia, Diagnóstico e Rastreabilidade – **LABGEO**, vinculado a Coordenadoria Técnica; a atividade de Geotecnologias é desenvolvida pela Empresa desde 2008 como parte integrante do Projeto de Georreferenciamento de Cadeias Produtivas tendo como principal produto a Cadeia Produtiva da Apicultura, desta forma justifica-se a criação do Núcleo pela importância estratégica na modernização das ações da Empresa com ênfase nas cadeias produtivas de origem animal e vegetal, inclusive a Aquicultura, Extrativismo Sustentável e Artesanato. Submetido a apreciação, foi aprovado por unanimidade. **Item IX -** Criação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação **– CTIC**, vinculada Diretoria Técnica, tem como justificativa a atividade de processamento de dados informatizados, existe na EMATER-PARÁ desde a década de oitenta, sem compor oficialmente a estrutura, com o avanço da tecnologia de informação que hoje atua em todos os setores da Empresa se faz necessário não só a estruturação da área mas atribuição de função de gestão e desenvolvimento da informação, dai a criação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, constituída por três núcleos a saber: Núcleo de Projetos e Sistemas – NPS; Núcleo de Atendimento e Documentação – NAD e Núcleo de Redes e Suporte Tecnológicos – NRS. Apreciado foi aprovado. **Item X - Criação da Assessoria**

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE